

Guimarães *ad radicem montis Latito*

MARTA M. PETERS ARRISCADO DE OLIVEIRA
JOSÉ FERRÃO AFONSO
SÍLVIA RAMOS

A cidade de Guimarães encontra-se implantada numa formação interfluvial da bacia do Ave, confinada por um arco de colinas. Sobressai, dominando a ribeira, entre os rios Ave e Vizela. Ao longo do tempo deteve, no espaço de Entre Douro e Minho, uma posição chave de convergência do sistema viário que fazia a ligação entre o Norte, a Galiza e Braga, e o Sul, seguindo percursos alternativos de travessia do rio Douro e de passagem às Beiras e Estremadura. Em sentido concorrente cruzam as vias de penetração do litoral, em especial ao longo do vale do Ave, mas também as do Douro Litoral, em direção ao interior de terras de Basto e de Trás-os-Montes. Para além de Guimarães despede-se o Minho de horizontes abertos e colinas onduladas, serram-se os montes. Foram essas rotas linhas de conquista, de invasão, de razia; de produção e de trânsito de mercadorias; caminhos da arte, de mestres construtores e de artífices; corredores de comunicação entre o Alto Douro, a sede da diocese primaz de Braga e o interior trasmontano, e de estreita relação de afinidade com as terras adjacentes de Montelongo e de Basto.

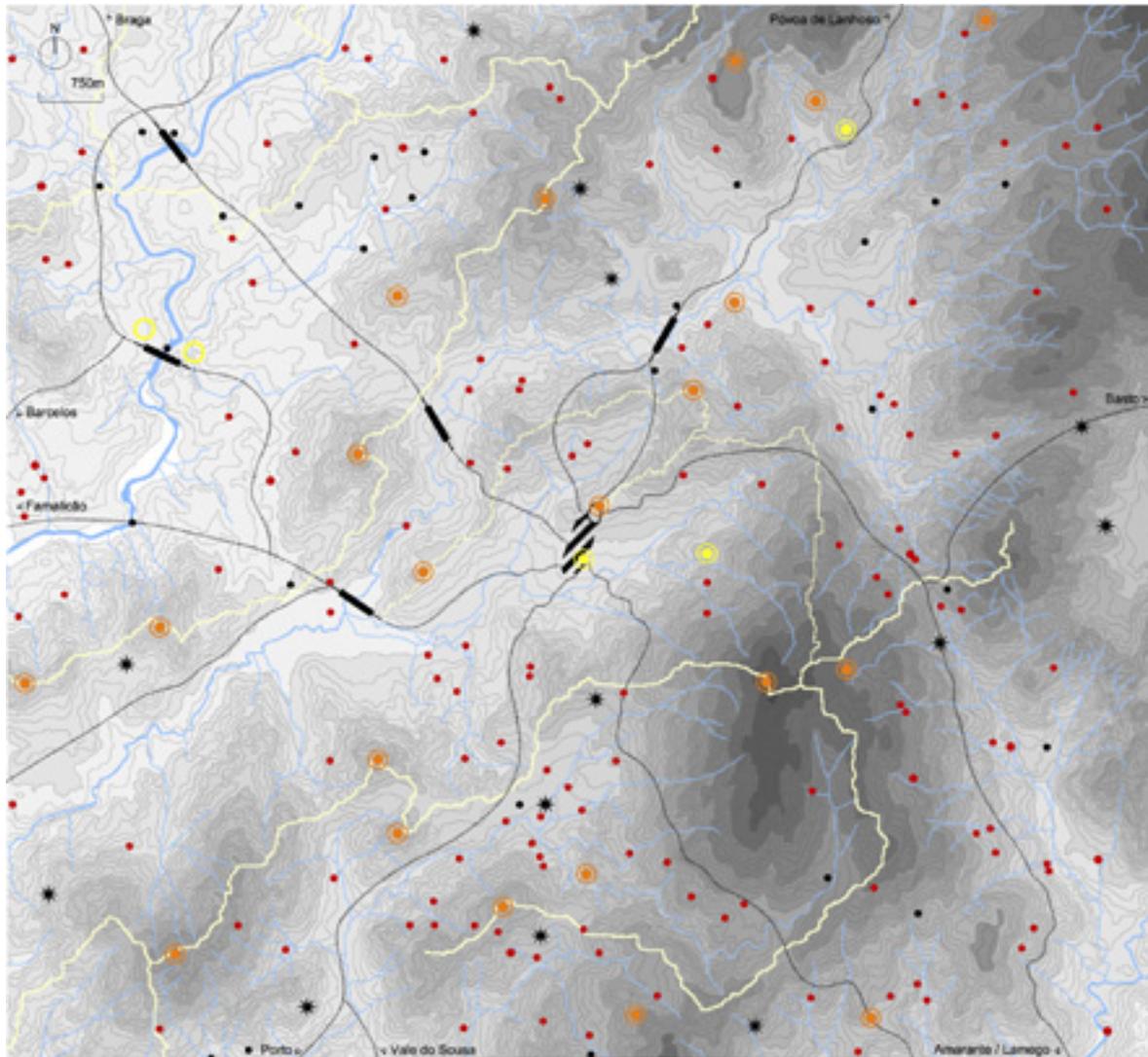
Na bacia hidrográfica do Ave, com a bordadura de montes que anima o recorte do vale e individualiza os recantos abertos pelo curso dos seus afluentes, distribuíam-se de um e do outro lado das margens do rio as antigas *terras* de Sande e de Guimarães. Ao tempo em que a vila vimaranense surge como polo urbano, o seu povoamento é denso. Uma malha fina de freguesias testemunha a evolução histórica do território e as mais antigas constam mesmo do *Paroquial Suevo*. A organização de paróquias, por São Martinho de Dume, mantém-se no período instável subsequente; novas freguesias são fundadas com a presúria e o encastelamento. Ainda durante o período medieval, por diminuição de fregueses e de rendimentos, o número de paróquias irá reduzir-se, permanecendo, contudo, a sua memória viva na distinção dos lugares englobados nas freguesias vizinhas. Em alguns casos, esta extinção encontra-

-se associada a uma rarefacção dos lugares habitados no monte, todavia, na documentação medieval, a referência para situar bens, igrejas, mosteiros e propriedades ainda era, precisamente, o *monte*. Não seria o acidente geográfico de relevo, um ponto alto da região, mas o *monte* ou *alpe* tomado pelo antigo povoado *castrum*: *subtus mons* ou *ad radicem montis* com o mesmo sentido de *ad radicem castrum*¹. Os lugares de habitar formam, já então, um cordão de povoamento mais próximo do vale, a mediar entre o *agros* e o *saltus*. Ao contexto ligam-se os mosteiros, na organização religiosa das comunidades e no fomento agrícola, a exemplo de São Torcato e do Souto, e na assistência e hospitalidade a viajantes e peregrinos. Destacavam-se nessa função os mosteiros de Vila Nova de Sande e de São João da Ponte, que se implantavam no vale feraz junto à ponte romana sobre o Ave², na estrada para Barcelos, numa área de *villae* rurais, de casais e de quintas.

A fundação

A instituição do mosteiro *duplex*, em Guimarães, por volta de 950, pela condessa Mumadona Dias, viúva do conde Hermenegildo Mendes, no local aproximado onde hoje se ergue a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, dá-se por escambo da *villa* de

Guimarães foi, desde a sua fundação, muito condicionada pelo território envolvente e pela capilaridade entre o rural e o urbano. Também desde a origem, os diversos monarcas estabeleceram com ela uma relação intensa, que traria proveitos para ambos os lados; a cidade tornar-se-á um centro de peregrinação de reis em crise de identidade e adquirirá uma espessura mitológica sem par em Portugal. O que contribuirá, igualmente, para a criação de uma imagem de cidade muito forte; ela está presente na planta do século XVI e manter-se-á extremamente ativa em épocas posteriores.



TOPÓNIMOS (CARTA MILITAR DE PORTUGAL)

- ★ Portela, Portelinha
- Barco, Barqueira, Calçada, Cancela, Cancelas, Carreira, Carreira de Baixo, Carreira de Cima, Corredoura, Estrada, Ponte, Porta
- Aldeia, Aldeia de Baixo, Aldeias, Cabo de Vila, Casa, Casais, Casal, Casalermo, Casas, Castelo, Cimo de Vila, Herdade, Hospital, Forte, Fundo de Vila, Paco, Pacô, Pousa, Pousada, Pousadas, Quinta, Quintã, Torre, Torre de Além, Torre de Cima, Vila, Vila Fria, Vilar

SÍTIOS

- Povoado (PDM, 2011)
- Convento
- Convento, localização aproximada
- Ponte (PDM, 2011)
- Traçado provável de estradas

Creixomil, que recebera em partilhas, pela quinta de *Vimaranis*, que coubera a sua filha. A propriedade seria apenas um *prediolo* ou *villula*³, mas era relevante a sua posição *ad radice montis Latito*⁴, na relação com o povoado antigo existente naquele monte largo. No local convergem as ligações viárias de integração regional; no subúrbio, na costa da serra de Santa Catarina, que domina o espaço *inter ambas Aves*, pontua o Mosteiro de Santa Marinha, vizinho do lugar de Cantonha, denotação de continuidade com a antiga paróquia sueva de *Carantonis*.

Poucos anos depois da fundação, é referida uma incursão de gentios — talvez normandos — ao mos-

teiro, bem como ao burgo vizinho. Ambos devem ter sido habitados por uma população diversificada: os mosteiros, enquanto núcleos de povoamento e de colonização, tinham, obrigatoriamente, para além da comunidade dos regulares, neste caso os *fratres* e *sorores*, populares e nobres, clérigos e religiosos, laicos, funcionários, servos e escravos. O ataque alerta os poderes para a necessidade de defesa do mosteiro e das vias que junto dele corriam; em consequência dessa arremetida, Mumadona doou ao mosteiro, por documento datado de 4 de dezembro de 968, um castelo, designado de São Mamede, que tinha edificado na elevação próxima, o *alpe Latito*⁵.

1 | Guimarães e o seu território, planta efetuada pelos autores a partir das seguintes fontes: *Carta Militar de Portugal*, folhas 70-71-84-85; *Plano Director Municipal*, 2011; Fernando Távora et al., *Plano Geral de Urbanização de Guimarães*, 1979-1982; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal*, 1974; e Arquivo Municipal de Alfredo Pimenta, *Carta Corographica de Guimarães (Carta geodésica de 1890)*.

Dois elementos clássicos na criação urbana dos finais da Alta Idade Média estiveram, portanto, na origem de Guimarães. A localização do mosteiro e do castelo, nas margens de sistemas ecológicos diferenciados, o interior montanhoso e a planície litoral, e numa encruzilhada viária importante, iriam incrementar um comércio cuja origem era anterior à romanização. Por outro lado, o mosteiro estava obrigado a dar hospedagem aos peregrinos: aqui, como noutros locais do Norte do país, o caminho jacobeu seria um importante contributo para a sedimentação urbana. A marca original da fundação perduraria, pois o povoado organizou-se morfologicamente numa dualidade também clássica na cidade europeia medieval: o burgo monástico, junto da estrada e do mosteiro, futura Vila Baixa e, um pouco acima, a Vila Alta, ou do Castelo.

O espaço rural e urbano da vila

Nos finais do século XI, o primeiro condado portugalense e o mosteiro entraram numa era de ocaso, tendo o último conde, Nuno Mendes, sido morto num recontro em Pedroso, próximo de Braga, em 1071. O cenóbio e as suas ricas propriedades, que se estendiam desde a Galiza até Coimbra, bem como o burgo e o castelo engrossaram então os bens da coroa de Leão e Castela. Ressurgem no palco da história com o conde D. Henrique de Borgonha, a favor de quem o monarca leonês Afonso VI refundaria o condado. A conquista de Coimbra em 1064 garantira, porém, um desenvolvimento mais seguro à povoação, o que poderá explicar que, em 1096, logo após ter sido investido pelo seu sogro Afonso VI no governo condal, D. Henrique tenha concedido o primeiro foral a Guimarães, que escolhera para local da sua residência. O documento, onde se expunham preocupações comerciais, mas igualmente a necessidade de atrair povoadores, seria confirmado por Afonso Henriques em 1128, no seguimento do cerco empreendido por Afonso VII no ano anterior. O assédio terá posto à prova a eficácia da fortaleza, cuja reformulação tinha sido ordenada pelo conde D. Henrique. A configuração em escudo, com uma torre de menagem, mas sem os cubelos que serão uma adição posterior, data dessa intervenção.

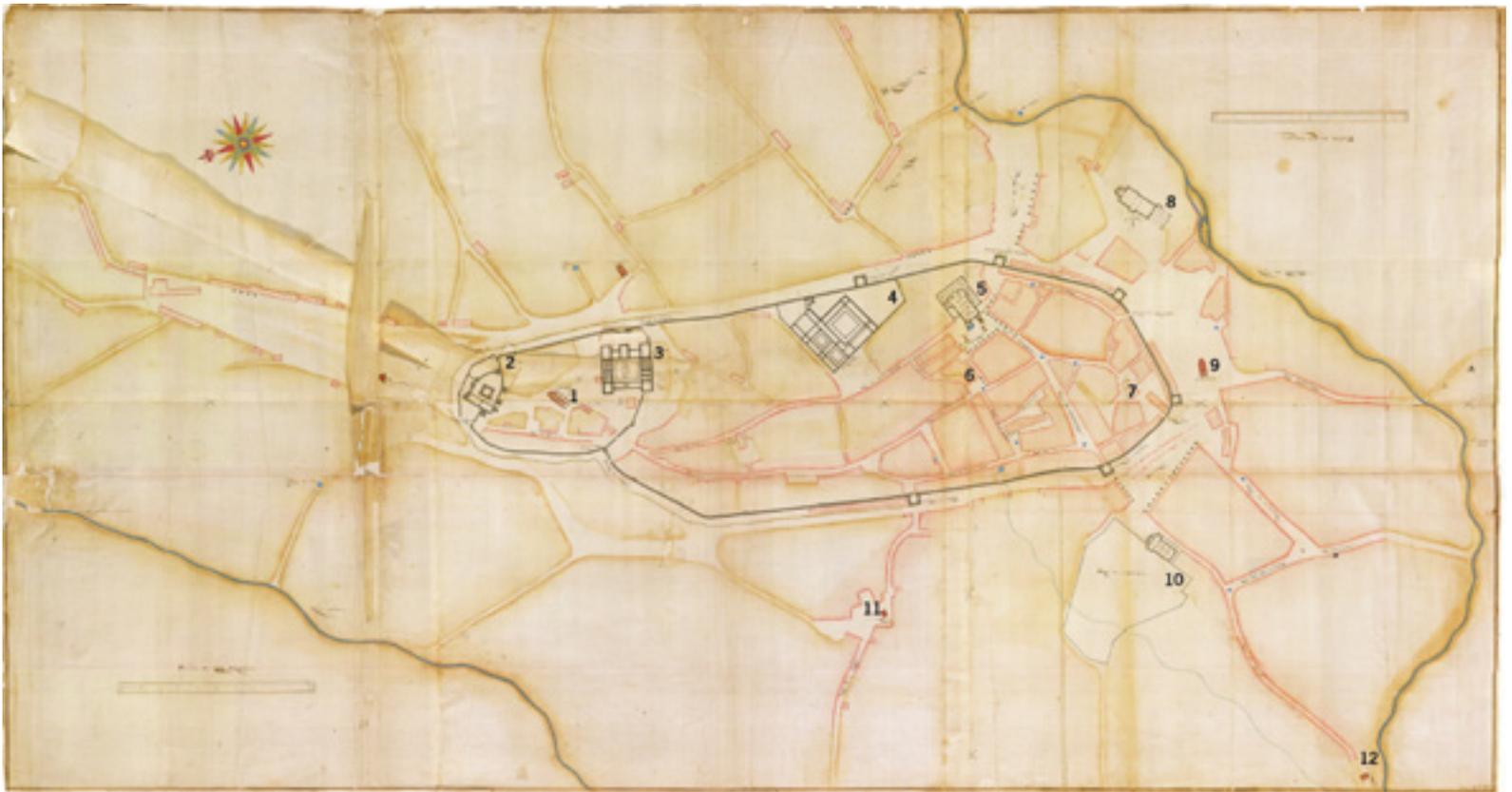
A descolagem urbana na Idade Média far-se-á pelo desenvolvimento do mercado no âmago do sistema senhorial que a promoveu, enquadrando e encorajou. Constituem preocupações centrais do foral reafirmado por D. Afonso Henriques o desenvolvimento económico da vila, a atração de populações e a afirmação de liberalidades comerciais, incluindo as de mercadejar em todo o território nacional, nas terras de jurisdição real, sem pagar portagem. Mas o documento detém a particularidade de não incluir uma delimitação do termo do território, sob administração municipal, e de o privilégio, concedido de forma restrita, ter sido estendido⁶ expressamente aos

homens-bons de Guimarães que o tinham auxiliado durante o cerco, habitantes da vila e bem assim os burgueses da *terra* vimaranense, proprietários espalhados pelos casais, descendentes dos povoadores aforados pelo conde D. Henrique, a quem cabe, ainda na centúria seguinte, a designação de cidadãos, mesmo sem residirem na vila⁷.

Estavam lançadas as bases de um contrato entre a monarquia e os habitantes não só da vila como da sua área de incidência territorial. A paisagem vimaranense, moldada pelo artifício do homem, será integradora dos espaços rural e urbano, numa contínua interação humana, material e cultural. Os nomes dos lugares formarão a densa narrativa do espaço existencial, da forma de vida das comunidades que aí habitaram⁸. Sem uma noção de espessura e de profundidade da sobreposição de estratos no tempo, não seria possível vislumbrar, na atualidade do espaço habitado, senão a forma difusa de uma ocupação contígua, discreta do território.

O regime de propriedade, corroborado por outros indícios, revelaria condições particulares que terão obstado a uma senhorialização do território⁹, tal como surgira em outras partes de Entre Douro e Minho. No campo permanecia uma burguesia rural, ocupada na movimentação de excedentes de produção e na cobrança e encaminhamento de rendas para os senhorios seculares ou eclesiásticos. Marcavam, bem assim, presença os interesses de burgueses e de mercadores da vila, que adquiriam propriedades agrícolas para rendimento e que, por meio da posse de terra de certa extensão, selavam uma posição social de respeitabilidade e de honorabilidade, expressão de poder, inclusive de nobilitação, também alcançável por casamento¹⁰. Por sua vez, já em meados do século XII, vários fidalgos possuíam casas honradas em Guimarães¹¹. A propriedade de casas urbanas e a morada de nobres no burgo coexistiam com a posse de herdamentos no espaço de ambos os rios, Ave e *Avizella*.

Com os tempos, desenhar-se-iam ciclos de vida. No campo, famílias gradas batizavam e casavam na colegiada; filhas recolhiam ao Convento de Santa Clara; religiosos de São Francisco, de São Domingos e irmãos da Misericórdia levavam a enterrar. No campo, a casa de linhagem acolhia sob um teto a família alargada; gerações mais novas assentavam morada urbana, tomavam cargos públicos, ingressavam na clerezia, iam servir a Coroa, partiam para o Brasil e para o Oriente em busca de riqueza¹². A contrapartida dos percursos de vida que estreitavam relações entre espaço urbano e rural, através de alianças matrimoniais que uniam famílias titulares de Guimarães, de Basto, de Entre Douro e Minho e do vale do Douro, e que cruzavam estratos sociais entre nobreza e mercadores, entre o serviço do reino e as viagens e estadas em terras longínquas, seria uma “abertura ao mundo”, possível de acompanhar através da observação das transformações urbanas de Guimarães e do quadro edificado do campo.



D. João I, uma só vila

Foi também na primeira década do século XII que o mosteiro de Mumadona se transformou em colegiada, embora o documento que lhe assinala os estatutos date apenas de 1229. A sua imagem de Nossa Senhora da Oliveira, a que se atribuíam propriedades miraculosas, com a consequente capacidade de atrair peregrinos e populações, é coetânea. Em 1223 tinha-se efetuado a partição das rendas e do património entre as mesas capitular e prioral da instituição, o que poderá ter sido determinante para a territorialização urbana: referem-se então as paróquias de São Paio (1212) e de São Miguel do Castelo (mencionada em 1216 e, como paroquial, nas *Inquirições* de 1258).

Abundantemente privilegiada e dotada pelos nossos primeiros monarcas, a colegiada assume na hierarquia das instituições portuguesas congêneres um lugar cimeiro. Sendo um dos mais relevantes centros portugueses de peregrinação, ela contribui para a enorme vitalidade da vila, somando-se a uma importante atividade artesanal e mercantil, em que se transformavam e comerciavam os recursos de um território fértil e densamente povoado, servido por uma rede de comunicações de proximidade, articulada e sobreposta aos antigos percursos de longa distância, que uniam não apenas os portos marítimos e o interior, mas também o Sul e o Norte do país. A contínua proteção e as liberalidades dos monarcas que, sobretudo em épocas de crise dinástica, não dispensavam o enorme potencial provatório e regenerador do mítológico fundador Afonso Henriques, da colegiada que com ele se identificava e da própria Guimarães, fazem

o resto. Essa vitalidade institui-se numa dualidade fundacional, que se manterá até aos finais do século XIV, vindo os dois burgos — a Vila Baixa e a Vila do Castelo, ou Vila Alta — a ser rodeados por circuitos de muralhas autónomas, embora separados por um pano transversal, partilhado, pertencente ao muro da Vila do Castelo. Unindo os dois burgos corria uma rua, referida já em 1173, embora certamente muito mais antiga, nas proximidades da colegiada designada de Santa Maria e, já perto do castelo, da Infesta¹³.

À dualidade morfológica correspondeu a organização de cada uma das vilas num concelho autónomo. Seria o rei da Boa Memória, na sequência da crise de 1383-1385, a extinguir o do Castelo, tendo também dado ordem para o derrube da muralha transversal. O ritual, simultaneamente criador e memória da paisagem urbana, registaria essas alterações. O padre Torcato Peixoto de Azevedo informa-nos que a procissão do Anjo Custódio, criada na época manuelina, se dirigia todos os anos à Vila Velha, designação pela qual passou a ser conhecido o Castelo após a união; aí chegado, o juiz de fora entregava o estandarte concelhio ao vereador mais velho¹⁴, numa passagem de testemunho que registava a antiga autonomia dos dois núcleos.

O mesmo D. João I que aboliu o concelho do Castelo será determinante na revitalização do culto dinástico à colegiada, ao fundador e a Guimarães. Em cumprimento da promessa solene feita antes de Aljubarrota dirigiu-se, após a vitória, em peregrinação à Senhora da Oliveira¹⁵, percorrendo a pé o percurso desde São Lázaro, na estrada de Vila do Conde. Mais uma vez o ritual surge como elemento estruturante

2 | De Guimarães, c. 1569, planta de autor desconhecido, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. A planta foi trabalhada pelos autores de modo a realçar a notação subjacente; foi efetuado redesenho apenas no que se refere à representação de pórticos e chafarizes.

1. Igreja de São Miguel do Castelo
2. Castelo de São Mamede
3. Paço dos Duques
4. Convento de Santa Clara
5. Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
6. Igreja de Santiago
7. Igreja de São Paio
8. Convento de São Francisco
9. Capela de São Sebastião
10. Convento de São Domingos
11. Capela de Santa Luzia
12. Padrão de São Lázaro

da paisagem urbana: no local onde o monarca iniciou o seu percurso será erguido, mais tarde, um padrão comemorativo que durante séculos marcará um limite urbano. D. João I ordenaria ainda a reedificação da igreja colegiada, que era capela real. No espelho superior da frontaria integrar-se-ia, no quadro do janelão, uma árvore de Jessé, em pedra de Ançã, elevando a imagem da Senhora à vista, sobre a Praça Maior e a sua oliveira.

Forma urbana

A morfologia da Vila Baixa medieval seria marcada pela proeminência simbólica da Praça Maior e do espaço que lhe ficava contíguo, a Praça de Santiago. A palavra *praça* assinala, na Idade Média portuguesa, não apenas uma realização morfológica, mas também a decantação de poderes que esteve na sua origem. Ela surge, desse modo, no seguimento da fragmentação do espaço absoluto, eminentemente simbólico-religioso e feudal do românico que, por exemplo, esteve na origem da decadência e do desaparecimento da Vila do Castelo. O mercado começa então a apartar-se do sagrado, com o qual convivera nos adros desde a Antiguidade Tardia, e afirma-se como uma especialização funcional; o seu controlo e regulação seriam um dos atributos essenciais da iconologia do poder real.

A Praça de Santiago tomou o seu nome da Igreja de Santiago, possivelmente fundada por francos no início do século XII, num *campo* limitado pela cerca da Igreja de Santa Maria, pelo seu adro e pela Rua dos Francos¹⁶. Junto do adro de Santiago estabeleceram-se os açougues e, mais tarde, o mercado do pescado ficando esse espaço conhecido por Praça do Peixe. Perto, na Praça de Santa Maria, surgirá também uma Rua das Tendas (1351) que resultou da progressiva sedimentação e consequente loteamento do que foi primitivamente um espaço mercantil efémero, referido como “Tendas” ainda na época de D. Dinis. Entre os dois espaços instalar-se-ia uma torre/paço municipal, que só a partir de 1414, com D. João I, seria objeto de particular atenção arquitetónica, que, contudo, não adicionou muito à abstração formal do símbolo. Em Quatrocentos, a Praça Maior já possuía alpendradas a norte, a sul e a poente, e nela faziam audiência os almotacés do concelho. A praça associou, desta forma, a funcionalidade mercantil a uma monumentalização indexada à *res publica*, por sua vez apoiada nas propriedades de um sagrado forjado na Igreja de Santa Maria e na sua imagem santa, constantemente invocado e revitalizado pelos rituais celebratórios e comemorativos dos cónegos e das peregrinações reais. Surgem assim, para além da torre do concelho, uma série de ícones: o padrão, caracteristicamente oferecido em 1342 por um mercador de grosso trato residente em Lisboa, a oliveira miraculada e miraculosa, o dispendioso chafariz concelhio (c. 1390) e a torre da igreja, edificada de novo já no século XVI.



A praça é, também na Idade Média, o movimento pelo qual um exército, dispondo-se para o combate, interrompe a sua marcha. Nos dois espaços imobilizava-se igualmente o fluxo contínuo, de homens e de mercadorias, do principal caminho que atravessava a vila, dotando-se de uma espessura semântica associada aos poderes e às suas liturgias. Esse percurso atingia os limites urbanos, proveniente de Braga e de Barcelos, junto da Capela de Santa Luzia, vizinha de uma gafaria de mulheres. A construção da muralha e da porta designada da Senhora da Graça, e o plano urbano, implantado a partir do início da Idade Moderna, entre essa entrada e a Praça de Santiago, tornaram-no numa lembrança; este percurso, contudo, conduzia à Praça Maior. Prosseguia, depois, na direção sul através das duas vias mercantis mais importantes do burgo: a dos Mercadores e, na sua continuidade, a da Sapateira, esta já mencionada no século XII, a primeira autonomizando-se dela em Trezentos. Com origem no ponto de interceção das duas, dirigindo-se ao postigo de São Paio, ao Vale de Sousa e ao Porto, situaram-se as ruas das Ferrarias e de Felgueiras. A Rua da Sapateira, por sua vez, saía da muralha pela porta de São Domingos ou da Senhora da Piedade.

3 | Guimarães, Praça Maior e Praça de Santiago, identificação efetuada sobre a planta de Guimarães, c. 1569, planta de autor desconhecido, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

1. Colegiada
2. Igreja de Santiago

A nascente do eixo Mercadores/Sapateira e a sul da Praça Maior, o plano integrou um díspar conjunto de quarteirões, os mais antigos da Vila Baixa, que a muralha abraçará no seu circuito. A poente da Sapateira, porém, o plano urbano poderá ser coetâneo da muralha. Estruturou-se, num desenho ortogonal, em torno dessa via, da Praça de Santiago, da judiaria e da Rua Escura e, mais para norte, ao longo de duas outras vias, as das Flores e de Vale de Donas, que a construção da muralha irá desenhar. A praça regular, de forma quadrangular, que existiu na frente da Igreja de Santiago articula-se com a Rua do Espírito Santo, antiga judiaria; esta inseria-se aproximadamente na mediana do espaço que fora um antigo campo, no enfiamento da igreja¹⁷.

A configuração dos espaços públicos, nas imediações da colegiada, e o traçado de alguns arruamentos a eles adstritos (além dos referidos, a Rua de Santa Maria) denotam uma disposição urbanística ordenada, que inclui vias paralelas e ortogonais entre si, tanto quanto as preexistências o permitiam, e poderá ter sido concretizada a par com a edificação da cerca da vila. Mas a vila de Guimarães conta também com um outro tipo de formação arruada sinuosa, de que são exemplo as ruas de Santa Maria, na sua parte alta, a Rua da Infesta e, sobretudo, a Rua dos Gatos, ao longo do seu percurso, desde o padrão, na entrada pela Estrada de Vila do Conde, até à praça, no interior da cerca. O traçado curvilíneo dessas ruas é medido e regulado na alternância dos encurvamentos, definindo uma sucessão equivalente de segmentos de espaço urbano. Desse modo se preserva uma escala de vizinhança e de domesticidade, numa via que satisfaz ao mesmo tempo a funcionalidade de trânsito de longo curso. O traçado sinuoso ajusta-se à pendente do terreno e constitui um meio de resguardo de ventos e de defesa de estruturas urbanas em campo aberto¹⁸. A implantação da cerca e da Porta de São Domingos sobrepuseram uma nova racionalidade, com incidência no tecido urbano intramuros, na definição da Rua da Sapateira, e na configuração do rossio do Toural.

A planta do século XVI

A planta quincentista de Guimarães pertence ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e foi publicada por Maria Dulce de Faria na *21th International Conference on the History of Cartography* (Budapeste, Julho de 2005). Encontra-se igualmente na Real Biblioteca do Rio de Janeiro, uma planta de Vila do Conde¹⁹, assinalada por Rafael Moreira e Amélia Polónia²⁰, integrada na mesma coleção que a sua congénere de Guimarães, organizada por Diogo Barbosa Machado e intitulada *Mappas do Reino de Portugal e das suas Conquistas collegido por Diogo Barbosa Machado*, o autor da *Bibliotheca Lusitana*. Maria Dulce de Faria aponta para a execução da planta de Vila do Conde a data de 1568-1570 e para a de Guimarães a de 1562-1570. Juntamente com o geógrafo Mário

Gonçalves Fernandes concluiu, através da análise das duas plantas, que foram ambas desenhadas pelo mesmo autor; Mário Gonçalves Fernandes concorda ainda com as balizas cronológicas estabelecidas para o documento de Guimarães²¹.

A última data, 1570, justificar-se-ia pela representação, a poente do Toural, da Capela de São Sebastião que, nessa data, seria substituída pela igreja paroquial da mesma invocação. Quanto à outra baliza, 1562, Mário Gonçalves Fernandes fundamenta-a por, nesse ano, as Clarissas terem feito a sua entrada solene no Convento de Santa Clara, citando, a esse propósito, o padre Caldas e Maria de Fátima Falcão Ferreira²². O Convento de Santa Clara, porém, é anterior a essa data: segundo a *Historia Serafica*, foi seu fundador o mestre-escola da colegiada Baltasar de Andrade: (...) *o qual delineando os edifícios em h as casas, & hortas, q possuia no lugar onde está o Convento (...)*²³. Frei Fernando da Soledade cita o testemunho de um breve do nuncio João, arcebispo Sepontino, firmado em Lisboa, a 17 de novembro de 1548, (...) *no qual declara que o Mosteyro já se ia edificando (...)*. Breve que foi expedido por solicitação da duquesa de Guimarães, D. Isabel (1514-1576), filha do duque de Bragança D. Jaime, então já viúva do infante D. Duarte (1515-1540), filho de D. Manuel I. Só em 1562 e depois de, no ano de 1559, quando a casa ia (...) *chegando à sua ultima perfeição (...)*, o fundador Baltasar de Andrade ter dirigido à Santa Sé a súplica para ereção do convento, as freiras fizeram nela a sua entrada solene²⁴. Saliente-se ainda que no documento está representada, com grande detalhe, a planta baixa de todo o edifício do convento, uma parte do qual só viria a ser erguido nos séculos XVII — a igreja — XVIII — o claustro junto dela — e XIX — a ala norte. Essa planta, por conseguinte, só poderia ter sido executada por alguém que tivesse acesso ao projeto; o facto de a Igreja de São Sebastião, iniciada em 1570, não estar ainda desenhada no mapa indica igualmente que este deverá ser bem anterior a essa data, quando ainda não existia projeto para ela e, muito provavelmente, a decisão de a construir ainda nem sequer tinha sido tomada.

Outros detalhes explicitados na planta apontam, igualmente, a sua execução para uma data bem mais recuada: por exemplo, na cabeceira da igreja do Convento de São Francisco não estão ainda representadas as duas capelas colaterais à capela-mor. A do lado do Evangelho — Capela do Cristo Crucificado — foi instituída por Pedro Álvares de Almada em 1507, enquanto a da Epístola, do Senhor Crucificado, anexa ao morgado do Pinheiro, foi ereta por Fernão Martins de Almeida. Ambas são góticas e cobertas com abóbadas de nervuras; a dos Almadadas, do lado do Evangelho, mais evoluída, já com o sistema de terceletes e combados introduzido por João de Castilho. Dadas essas características, a que se adiciona a completa ausência de ornamentação “ao moderno” a execução de qualquer uma delas muito dificilmente poderá ultrapassar os anos quarenta do século XVI.

Resta o paralelismo com a planta de Vila do Conde: Rafael Moreira justifica a sua datação (1568-1570) pela urgência posta pelo cardeal infante D. Henrique no levantamento, com objetivos militares, dessa e de outras povoações. Amélia Polónia, porém, faz notar que na planta de Vila do Conde não está representada a costa marítima, o que seria indispensável se a questão bélica estivesse em cima da mesa; as balizas que adianta para a sua execução (1550-1580) baseiam-se ainda noutras referências²⁵. Rafael Moreira, contudo, adianta um pormenor importante: a representação, na matriz, da Capela de São Miguel, concluída em 1561²⁶. Esta capela localizou-se no lado do Evangelho; porém, a estrutura que está representada na planta poderá não corresponder a essa fundação, mas sim à sacristia que a precedeu no mesmo lugar. Com efeito, a autorização para construção da capela que, segundo Marisa Costa, teria sido pedida à câmara em 1556, foi concedida com a condição de os seus fundadores deslocarem a sacristia, que aí se encontrava, para outro local²⁷. A segunda capela, frente a essa, na costã do lado da Epístola, e de invocação do Corpo Santo, estava já concluída desde 1542²⁸. Um outro ponto sustenta uma datação mais recuada da planta, que não foi acabada, devendo, por conseguinte, ser posterior à de Guimarães: no Convento de São Francisco, visível à direita em baixo, não está ainda representada a capela do lado da Epístola da nave, contratada, em 1566, por Estêvão Ferreira d'Eça e que deveria estar concluída no espaço de um ano. A planta de Vila do Conde poderá, portanto, datar de cerca de 1550, baliza mais antiga proposta por Amélia Polónia; a de Guimarães dos anos quarenta da mesma centúria.

Resta saber qual a razão da encomenda das duas plantas, que requereram uma bagagem científica, meios económicos e um controlo da produção iconológica que não estariam ao dispor de qualquer um e que se associam geralmente ao rei ou à alta nobreza. A compra, em 1540, do senhorio de Vila do Conde pelo infante D. Duarte, filho de D. Manuel I e, pelo seu casamento, em 1537, com D. Isabel (1514-1576), filha do duque de Bragança D. Jaime, duque de Guimarães, poderá responder a essa questão. O interesse de D. Jaime pela cartografia e a colaboração de matemáticos e geógrafos na sua corte de Vila Viçosa²⁹ poderão ter facilitado o saber e a existência de meios necessários à execução da planta. D. Duarte morrerá poucos meses após a rematação do senhorio, em setembro de 1540, mas este estará na posse da viúva e do seu filho, D. Duarte II (1541-1576), até 1576 quando, por morte de ambos, ficou vaga a sucessão³⁰.

A planta de Guimarães é produto de um sistema de representação científico que descriptou o organicismo simbólico da cartografia medieval. Numa época em que se reacende, mais uma vez, o tema mitológico fundacional, ela resume a vontade de criação de uma imagem da vila associada a uma linhagem, a dos Bragança, que entroncava em Afonso Henriques. Será importante, a esse propósito, salientar que na planta as duas construções que sobressaem, pelo cuidado

que foi posto na sua representação, são exatamente o Paço dos Duques e o Convento de Santa Clara, ambos ligados à casa ducal³¹. A propósito deste último, convida ainda referir que D. Isabel se fez pintar vestida com o hábito de clarissa, podendo ter herdado do seu pai, D. Jaime, a dedicação ao ramo franciscanos dos Observantes, que o tinha levado a fundar uma série de casas suas no Alentejo. A grande proximidade de D. Jaime com frei João de Chaves, seu companheiro na expedição a Azamor, que foi provincial dos Franciscanos, prior do Convento de São Francisco de Guimarães, do mosteiro de Cónegos Regrantes de Santa Marinha da Costa e, apesar de conventual, um grande protetor dos Observantes, estaria assim justificada.

Outros âmbitos de atuação de frei João de Chaves sugerem atenção, não apenas em relação ao duque de Bragança, mas também ao serviço do rei D. Manuel I³². Em 1509, frei João de Chaves encontra-se envolvido no plano de fundação de estudos e de um colégio que D. Diogo de Sousa pretendia criar em Braga e que o rei se declarara pronto a sustentar. Logo em 1512, recebia um alvará do monarca para prosseguir um mesmo intento de criação de um colégio, ou escola, em Guimarães, assunto que já tinha sido por ele discutido com o rei e que os juizes e vereadores da vila formalizavam, num pedido a D. Manuel I, em 25 de fevereiro de 1512³³. O pedido efetuado ao rei resultava de uma reunião havida em Guimarães, que juntou a vereação, o alcaide-mor e o ouvidor do duque. Na carta anunciavam: (...) *com muyta jnstançia se poer em obra como de facto ja se faz (...)*, e que dispunham de ajudas de (...) *madeira e outras coisas (...)*³⁴. Os estudos seriam criados na vila em 1537 e funcionaram até 1550, tendo o rei alcançado bula papal que concedia a equiparação dos graus aos da Universidade de Coimbra, apesar da forte oposição desta última. O colégio alojar-se-ia no Mosteiro de Santa Marinha da Costa, que fora entretanto entregue à Ordem dos Padres Jerónimos, tendo como prior frei Diogo de Murça (até 1543). Aí fariam os seus estudos os filhos naturais de D. João III e do infante D. Luís, D. Duarte e D. António, e também frei Heitor Pinto, possivelmente, em 1546-1547³⁵. Nicolau Clenardo visitaria o colégio em 1537; o infante D. Luís estaria na vila em 1548.

Guimarães, Vila do Conde, o vale do Ave e a zona de Basto estão ainda unidas, nessa época, por um surto construtivo, ligado ao Renascimento, que partilha um caráter identitário próprio. Desse modo, a Câmara Municipal de Vila do Conde, concluída em 1543, é atribuída por Rafael Moreira a Francisco de Cremona; é também possível que o projeto da primeira igreja da Misericórdia da vila, com nave única, erguida depois de 1525 e já representada na planta quinhentista, seja seu. Perto de Guimarães, o mesmo historiador credita o cremonês com o projeto da *loggia* da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Tomé de Negrelos, também enquadrável nos anos quarenta do século XVI. Francisco de Cremona deve ter igualmente trabalhado no Mosteiro de Santo Tirso, de que D. Miguel da Silva era abade comendatário, em cuja igre-



ja houve obras importantes³⁶; aí estão documentados, entre 1534 e 1536, Pedro de La Faya, depois associado à Sé de Miranda do Douro e, entre 1529-1530, Álvaro Gonçalves, pedreiro de Viseu. Este último será mais tarde, já na década de 1560, mestre das obras do mosteiro³⁷. A Capela do Santíssimo Sacramento em São Tomé de Negrelos fora instituída pelos Lopes de Carvalho, senhores de Abadim e de Negrelos, que mandariam erguer em Guimarães, no gaveto entre as ruas da Espírito Santo e de Vale de Donas, uma residência que mostra ainda um trecho de fachada renascentista, em granito aparente, que poderá datar igualmente da década de 1540. Algumas outras casas nobres e pórticos de Guimarães mostram um vocabulário renascentista bem mais contido e “romano” do que, por exemplo, o que se encontra, pela mesma época, no alegre “Renascimento de Granito” do Alto Minho. Finalmente, surge ainda associada a Guimarães a figura de António Pereira Marramaque, senhor de Basto, humanista e amigo de Sá de Miranda, que ordenou uma capela de invocação de nossa Senhora da Conceição (1554) na sua Quinta da Taipa, em Cabeceiras de Basto. A capela, no extremo de uma longa alameda que a une à residência de planta em L, também intervencionado no século XVI, tem uma falsa planta centrada — com o braço posterior cortado — e é coberta por uma cúpula semiesférica. Em Guimarães, deve-se também ao mesmo António Pereira uma intervenção, em 1553, na capela familiar de São Pedro Mártir instituída no Convento de São Domingos.

É neste contexto de renovação cultural que podemos enquadrar a planta de Guimarães: se ela foi um elo stratigráfico importante na contínua sedimentação da mitologia fundacional da vila, utilizou para tal todo um conjunto de novos conhecimentos, de certo modo sintetizando a ativa paisagem humanista da vila e da sua região. Daí, também, a importância do paço³⁸, nela representado em grande destaque, que o padre Torcato Peixoto de Azevedo afirma ter sido residência de D. Duarte³⁹.

O alçado do paço e o corte pelo interior do castelo, rebatíveis, consagram um processo científico de representação da imagem da cidade; em planta, a posição da rosa de ventos parece fixar algumas das coordenadas do espaço urbano. O Paço dos Duques surge como uma das suas referências principais⁴⁰. Em legendas, escritas no alçado rebatível e na planta do Toural,

são indicadas as diferenças altimétricas entre o paço, a Praça do Toural e o sítio do padrão⁴¹, no limite urbano sudoeste, no local onde começara a caminhada a pé de D. João I.

A representação do paço sugere que a ala nascente, sobranceira à muralha, constitui a parte da edificação principal já concluída. Para o torreão sul ascende uma larga escadaria, ainda mencionada num tomo setecentista transcrito por Albano Bellino⁴², que se dirige à Porta da Freiria aberta na muralha. Essa seria a entrada nobre. A quadra em torno de um pátio e bem assim as duas alas, norte e sul, cuja planta baixa é visível com um avançado sistema de compartimentação interior, ainda hoje existem. Elas, porém, não estão na disposição simétrica relativamente à mediana do pátio representada na planta. Esta acolhe talvez um projeto coetâneo, provavelmente ainda em execução à época, como parecem sugerir as formas de algumas portas e janelas, datáveis do século XVI, que em parte desapareceram com a intervenção efetuada pelos Monumentos Nacionais. Por sua vez, os torreões da ala poente apresentam uma configuração planimétrica distinta dos correspondentes a nascente e daquela atualmente existente. Frente à ala poente e tangente à fachada norte surgem assinaladas duas construções preexistentes que não parecem compatíveis com a imagem e a presença do paço no espaço urbano. No pátio interior, encontra-se representada uma estrutura não identificável, com pormenores de desenho claramente distintos da representação seguida nos claustros de Santa Clara⁴³. O rigor de certos pormenores marcados na planta e as diferenças observadas entre a representação e o existente sugerem que uma parte da representação planimétrica do paço, tal como o desenho daquele convento, possa corresponder a uma intenção de projeto.

O arrabalde

Na planta quinhentista é também representado o grande campo, contíguo e exterior à muralha, que a poente, entre a Porta de São Domingos, ou de Nossa Senhora da Piedade, e o Postigo de São Paio se chamou Toural e, a nascente, entre as torres da Alfândega e dos Cães, se denominou Terreiro de São Francisco e Campo da Feira. Para além dessa cintura periférica

4 | Guimarães, Rua de Gatos, Rua da Sapateira e Convento de São Domingos, identificação efetuada sobre a planta De Guimarães, c. 1569, planta de autor desconhecido, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

1. Padrão de São Lázaro
2. Convento de São Domingos
3. Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira

localizaram-se os dinâmicos e economicamente especializados arrabaldes da vila. Se a origem desse espaço foi uma zona onde a construção não era permitida, após a construção da muralha, por razões militares, os conventos mendicantes, para aí transferidos, impulsionam uma nova definição e dinamização urbanas. As primeiras notícias fidedignas relativas à presença dos Dominicanos na vila datam de 1272, mas Falcão Ferreira indica o ano de 1284 como sendo o primeiro em que se refere a obra do seu convento⁴⁴. Este localizou-se, como era hábito, em instituições similares, junto de uma via importante de acesso à vila: a estrada de Vila do Conde. A construção da muralha, porém, obrigaria à sua deslocação, em 1323, para o local que atualmente ocupa na antiga Rua de Gatos⁴⁵. Os Franciscanos, por sua vez, ter-se-iam instalado em Vila Verde. Daí deslocaram-se para junto da Torre Velha e, finalmente, pela mesma razão — a construção da muralha — invocada em relação à deslocação dos Dominicanos, ter-se-iam estabelecido, depois de 1322, na sua atual localização, junto do importante núcleo industrial de Couros, habitado por curtidores mas, também, cutileiros. Falcão Ferreira, porém, refere o interesse dos Frades Menores por essa zona, ligando a atividade construtiva, já no século anterior⁴⁶. A igreja conventual, contudo, data do século XV; a licença para a sua edificação, concedida em Braga por D. João I, data de 3 de novembro de 1400 e é atribuída ao mesmo mestre Anton que terá edificado o Paço dos Duques; com efeito, a sua planta de nave única, grande transepto, cabeceira com apenas uma capela-mor e cobertura em tesoura, muito inclinada, tem pouco de comum com a tipologia da arquitetura mendicante portuguesa.

A imagem da cidade

Em meados de Seiscentos, aquando do passamento de D. João IV, em 29 de novembro de 1656, são três os espaços principais da vila onde são repetidos os



atos qualificados de sentimento e demonstrações pelo seu falecimento, com a quebra dos escudos: na praça da colegiada, no Toural e, finalmente, no Terreiro das Freiras, concedendo cidadania ao mundo de clausura.

O Toural — local onde se corriam touros e se fez feira do gado, daí o seu nome — possuía, junto à muralha, um patim a que acediam uns degraus, utilizados para assento dos espetadores dos numerosos espetáculos que aí se efetuavam. A progressiva racionalização da paisagem urbana e do seu caráter representativo exigia espaços amplos, pelo que essa praça foi ganhando importância; em 1585, por exemplo, será erguido no seu limite sul, frente ao Postigo de São Paio, um monumental chafariz de taças. A Praça Maior, por sua vez, embora dotada de um extremo funcionalismo simbólico, era pouco operacional em termos dos novos pragmatismos urbanos.

Desse modo, em 1794, a vila assistiu, a propósito da realização da feira semanal, a uma “guerra” entre esses dois espaços, na qual se procedeu à enunciação das qualidades de cada um deles; a razão para o conflito foi a deslocação do mercado do Toural para a Praça da Senhora da Oliveira. Esta, segundo os seus detratores, de “praça” tinha apenas o nome, por afinal apenas se tratar de uma (...) *rua (...) muito fúnebre* (...), onde não se podiam arrumar carros, nem dar de beber às bestas naquele que fora um dos símbolos do município, o antigo chafariz adossado à torre da igreja. A oliveira sagrada, por sua vez, era um estorvo, juntamente com o padrão, à passagem do trânsito; estorvo eram também os ofícios e rituais que na praça se praticavam, sobretudo o responso pela morte de D. João I, todos os sábados, junto do padrão. O alpendre sob a câmara não permitia o arrumar dos carros, que tinham de o ser por trás da vizinha Igreja de Santiago, por a praça junto desta ser exígua. Em contrapartida, o Toural era muito largo e airoso, local de passagem (...) *das pessoas que vêm de Braga, Porto, Barcelos, e mais outras partes da província* (...) ⁴⁷.

Desde o século XVII que o movimento para fora de muros se implementava. Isto apesar de um novo surto



5 | Guimarães, Praça do Toural e Terreiro de São Sebastião, identificação efetuada sobre as plantas: a) *De Guimarães*, c. 1569, planta de autor desconhecido, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil; b) *Planta da Cidade de Guimarães*, levantada pelo engenheiro Manoel D'Almeida Ribeiro, 1863-1867, folhas 1 e 7.

1. Igreja de São Sebastião
2. Chafariz do Toural
3. Alfândega
4. Igreja de São Paio



propagandístico de reafirmação nacionalista, que se desenvolveu com a Restauração (e de que são exemplares as obras literárias de Gaspar Estação e de Torcato Peixoto de Azevedo), ter tido a sua maior expressão formal na nova capela-mor da colegiada, símbolo da independência que D. João IV colocara sob sua proteção em 1645. Ordenada em 1674 por mais um monarca, D. Pedro II, em busca de legitimação dinástica e do *superavit* da fortaleza afonsina, no seu retábulo-mor, pintado em 1665, representaram-se as batalhas de Ourique e de Aljubarrota e a entrega, por D. Afonso Henriques e D. João I, das armas dos inimigos derrotados a Nossa Senhora da Oliveira⁴⁸. Sinal dessa expansão institucional para fora de muros foi a construção, junto da torre da Alfândega, adossada à muralha e frente à nova paroquial de São Sebastião, de uma Alfândega em 1610. Sucedeu a uma anterior, localizada na Praça Maior de Nossa Senhora da Oliveira, destruída por um



incêndio, e aí se expunham os produtos provenientes de fora e destinados à venda na vila.

Frente à Alfândega, entre as igrejas de São Sebastião e de São Francisco, formou-se um terreiro onde foi colocado o pelourinho em 1588. O espaço era pontuado pela Torre Velha da muralha, que ostentava no alto um nicho com a imagem de São Francisco. No extremo oposto, foi erguido um calvário sobre um arco triunfal de pedra, por onde passavam as procissões que desciam ao adro terreiro, frente à igreja do convento, designado Carvalhos de São Francisco⁴⁹.

A norte do Terreiro de São Francisco, o Campo da Feira, atravessado pelo mesmo rio Herdeiro que banhava a Zona de Couros, abria-se entre a Porta da Senhora da Guia e, no seu extremo nascente, uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Consolação, construída em 1594. A capela estava alinhada com a porta e a torre da colegiada; no século XVIII, esse alinha-

6 | Guimarães, Campo da Feira, identificação efetuada sobre as plantas: a) De Guimarães, c. 1569, planta de autor desconhecido, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil; b) *Planta da Cidade de Guimarães*, levantada pelo engenheiro Manoel D'Almeida Ribeiro, 1863-1867, folhas 8 e 9.

1. Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
2. Igreja dos Santos Passos de Nossa Senhora da Consolação

7 | Augusto Roquemont, *Chafariz do Carmo*, c. 1842.



8 | Guimarães, Largo do Chafariz do Carmo, identificação efetuada sobre a planta *Planta da Cidade de Guimarães*, levantada pelo engenheiro Manoel D'Almeida Ribeiro, 1863-1867, folha 12. A planta foi trabalhada pelos autores no sentido de ressaltar a situação urbana preexistente ao projeto de arranjo do Largo do Carmo.

1. Convento do Carmo
2. Capela da Senhora da Boa Hora (ou da Boa Morte)
3. Passo da Paixão
4. Chafariz do Carmo



mento será reforçado pela Igreja dos Santos Passos, erguida por André Soares, no mesmo local da capela, concluída em 1785. A obra barroca, porém, adicionou uma síntese material ao geometrismo espacial abstrato do alinhamento dos finais do século XVI: entre a igreja, a escadaria que a precede e a porta, André Soa-

res colocou uma alameda de balaústres rematados por estatuária votiva, que, como um íman, atraiu as duas extremidades do campo.

Tempos de doença e de peste (em princípios e finais do século XVI) e a fuga das populações para junto de uma capelinha da invocação de São Roque, situa-

da num vale ameno, costa acima, nas faldas da serra de Santa Catarina, chamam a atenção para a ocupação esparsa de subúrbio que se ia formando além do Campo da Feira e da Zona de Couros. As margens da cidade acomodavam modestos recolhimentos. Numa pequena casa térrea junto da capela, um eremitão ensinava a doutrina cristã aos aldeãos. Acorreriam também os filhos de pessoas principais da vila, a que se juntariam mais companheiros. Principiava assim um eremitério com uma Capela do Bom Jesus do Calvário, com um (...) *delicioso jardim* (...) com árvores e flores, um bosque, (...) *uma excelente fonte rustica e tosca* (...), as figuras dos Passos da Paixão de Cristo — um sítio de santidade cercado de paredes entrelaçadas de capelinhas⁵⁰. Daí subia-se ao alto da serra, à Capela de Santa Catarina, da apresentação dos religiosos de Santa Marinha da Costa. A piedade popular de Seiscentos tomava conta do monte sobre a cidade.

Das casas da cidade, algumas têm serventia para a muralha: (...) *debaixo das sombra[s] das parreiras que têm em cima della* (...); daí, (...) *hum alegre vista* (...)⁵¹espraia-se sobre os arredores. Augusto Roquemont pintaria um desses lugares de habitar com árvores frondosas, como fundo de uma cena do quotidiano, recortada num largo vizinho de sua casa⁵², calçada acima da Rua de Santa Maria. Povo, um grande chafariz de espaldar com tanque retangular — o Chafariz do Carmo —, um Passo da Paixão. Por cima do chafariz assoma uma torre com ameias, apesar de a direção da vista não deixar ver o Paço dos Duques. Estava aí como memória e ideia de património.

Num outro tempo, numa outra imagem, ocorrera já idêntica reinvenção iconográfica. Numa enorme tela,



9 | Guimarães, Igreja de São Francisco, tela de D. Mafalda de Fortado, 1735.

datada de 1737, proveniente do Mosteiro da Costa e atualmente depositada na Igreja de São Francisco, surge sentada num trono a rainha D. Mafalda, esposa de D. Afonso Henriques, fundadora do Mosteiro de Santa Marinha. Este é representado, à sua esquerda, num plano recuado, a meia altura da encosta da Penha, com a igreja exibindo uma fachada retábulo e, junto dela, na zona do claustro, o que parecer ser uma série de galerias abertas para a paisagem. Mais interessante que isso, porém, é o facto de o primeiro plano desse ponto de vista ser ocupado pelo Paço dos Duques e a muralha: na depressão entre eles e o mosteiro, numa zona de hortas, o artista pintou Guimarães, destacando as agulhas das torres das igrejas. A vila, porém, nunca poderia estar aí, pois se localiza *ad radicem montis latito*, a sul do castelo e do paço; no século XVIII, era a realidade urbana que se adaptava à mitológica imagem da cidade.

José Ferrão Afonso

Professor Auxiliar da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa/Centro Regional do Porto
Investigador do CITAR/Artes
Bolsheiro de Pós-Doutoramento da FCT

Marta M. Peters Arriscado de Oliveira

Professora Auxiliar da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
Investigadora do CEAU/FAUP

Sílvia Ramos

Arquiteta

Bolsheira de Doutoramento da FCT

Imagens: 1: Autores; 2 a 4, 5a e 6a: Sociedade Martins Sarmento; 5b e 6b e 8: Arquivo Municipal de Alfredo Pimenta; 7: Direção-Geral do Património Cultural/Museu Nacional de Soares dos Reis; 9: Ordem Terceira de São Francisco.

NOTAS

- 1 Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA — *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho...*, pp. 24-26, *passim*. Nos documentos citados pelo padre Avelino de Jesus da Costa, surgem numerosas referências a esses montes castrenses que circundam o território do vale de ambas as Aves (*Ave* e *Avicella*): monte Santa Marta (Falperra), monte Outino, monte Espinho, monte Cavallo (uma cadeia de montes que se alonga entre os rios Vizela e Ave), monte *Latito*, monte de São Miguel o Anjo, monte *Sancto Romano* (Briteiros), monte *Telarias* (Serrana), monte de Penido (Souto). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. II, *passim*; *Idem*, "Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI". *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada...*, vol. III, pp. 140-196.
- 2 Santa Maria de Vila Nova de Sande (...) *prope illum pontem antiquum qui est super flumen Ave* (...), 1162, e São João Baptista da Ponte (...) *prope Ponte petrina* (...), 957. Padre Avelino de Jesus da COSTA — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. I, pp. 189-190; vol. II, pp. 52 e 223. A transferência da doação do mosteiro de São João, de Santiago de Compostela (911) para o mosteiro de Guimarães, em 957, denota uma reorientação dos percursos de devoção religiosa que convergem no polo de centralidade religiosa e urbana emergente.
- 3 Padre Avelino Jesus da COSTA — "Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI". *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada...*, vol. III, p. 181.
- 4 *Idem, ibidem*, vol. III, p. 180.
- 5 *Alpe Latito*, documentado *in idem, ibidem*, vol. III, pp. 181-182. (...) *Subtus mons latito* (...), *in* Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA — Ob. cit., *passim*. Semelhante referência ao *montis Latito*, em 1021, válida a posição de *villa Margeriti* (Mesão Frio, São Romão), na sua doação ao mosteiro. Padre Avelino de Jesus da COSTA — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. I, p. 245.
- 6 A. de Almeida FERNANDES — "A burguesia vimaranense nos séculos XII e XIII". *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. III, p. 12 e nota 12.

⁷ *Idem, ibidem*, vol. III, pp. 9-24, em especial pp. 12-17.

⁸ Caracterizam unidades de vizinhança (formas de morada e de propriedade, natureza de assentamentos e de edificações, de campo e de monte); lugares de bem viver (boas vistas e bons ares, águas) e de assistência (pousada, hospital); pontos de vigilância e de defesa; coordenadas de orientação no espaço (de cima, de baixo); um telhado, onde só haveria colmaças; carreira e lugares de travessia do rio (porto de São Cláudio, no lugar de Barco, na estrada para Braga); altos cristianizados; penhas, o fojo de batida aos lobos; invasores e colonos (Mouro, Almançor, Francos); os limiões de entrada no território e de passagem de colos do monte (Portela, Portelinha). Ressaltar-se-ia a necessidade de complementar com documentos, considerando os casos de topónimos que foram intencionalmente alterados, a exemplo de São Miguel de Negrelos, que se chamou São Miguel do Inferno e, depois, São Miguel do Paraíso (Avelino de Jesus da COSTA — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. I, p. 222).

⁹ José Mattoso observa que na região de Guimarães, no século XIII, se verificam determinadas condições históricas, relativamente à posse da terra (uma abundância de alódios, larga presença de propriedade livre, não privilegiada, nas mãos de funcionários, eclesiásticos e burgueses, a par de propriedade nobre acantonada em algumas zonas, que obstaram a uma senhoriação extensiva, considerada, de modo geral, uma característica distintiva de Entre Douro e Minho. José MATTOSO — “As famílias nobres na região de Guimarães no século XIII”. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. III, pp. 319-327.

¹⁰ Maria Adelaide Pereira de MORAES — *Velhas Casas de Guimarães, passim*. Aurélio OLIVEIRA — “Rendas e arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)”. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. II, pp. 99-121.

¹¹ José MATTOSO — “As famílias nobres na região de Guimarães no século XIII”. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. III, p. 324.

¹² A quinta permanecia como lugar de resguardo e reserva na velhice ou tornava-se pouso do jovem morgado e da sua geração e, inversamente, seriam os progenitores a retirarem-se para a casa da vila, na idade e na viuvez. As famílias residiam também numas e noutras moradas, conforme as estações do ano. No campo, junto de suas fazendas, refugiavam-se em tempos de peste, deixando a vila deserta.

¹³ A muralha da Vila Alta, provavelmente iniciada por D. Sancho I, monarca que, na viragem do século XII para o XIII circuitou a cavalo a Vila do Castelo, criando-lhe um termo, é descrita pelo padre Torquato Peixoto de Azevedo, que escreve nos finais do século XVII, como (...) *muralha bruta, pouco alta e esconça sem ameias, assentada sobre uma barbacã* (...), fazendo notar as diferenças construtivas para com a sua congénere da Vila Baixa (padre Torquato Peixoto de AZEVEDO — *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, p. 154). Refere o memorialista, comparando as duas cercas: (...) *a velha é toda tosca, e a nova de pedra lavrada e coroada de ameias* (...). Na sua época, as armas de D. Afonso III ainda se exibiam sobre uma das portas desta última, a da Freiria, depois designada de Santa Cruz, aberta a nascente, junto do ponto de junção com o muro da Vila do Castelo, onde se erguia um torreão que fora *terraplanado*. Junto da porta da Garrida, que Peixoto de Azevedo chama *Garridos*, designada a partir do século XVII, quando no seu exterior se funda o Convento de Santo António dos Capuchos, erguia-se também um *torreão terraplanado* em que se uniam as duas cercas. Ainda segundo o mesmo memorialista, D. Dinis teria sido o responsável pela conclusão da cerca da Vila Baixa, sendo as suas torres, em que se encontravam gravadas as armas de D. João I, obra deste monarca (*Idem, ibidem*, pp. 316-319).

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 163. As memórias da origem e do espaço de domínio da cidade continuariam a ser encenados ritualmente em procissões, nos momentos em queurgia implorar auxílio divino: em tempo de peste, ofertando três dias de Ladainhas, o primeiro a São Miguel de Creixomil, o segundo, à Capela de Santo André, no subúrbio, e o terceiro ao Mosteiro de São Torcato; ou ainda, cercando a vila, já unida, com um rolo de cera branca, levado em oferta ao Espírito Santo. Com o andar dos tempos, o circuito reduzir-se-á a uma ida simbólica aos arrabaldes, ora ao Convento de São Domingos, ora ao de São Francisco (*Idem, ibidem*, pp. 351-352).

¹⁵ D. João I oferece à Senhora da Oliveira o loudel que vestiu sobre as armas, na batalha de Aljubarrota; é uma peça de vestuário ornamentada com ramagens que o tempo e o uso em procissões deliu.

¹⁶ O padre Torquato Peixoto de Azevedo refere que a Igreja de Santiago fora templo de Ceres (padre Torquato Peixoto de AZEVEDO — *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, p. 331). O padre António Carvalho da Costa acrescentaria que se acharam medalhas e uma inscrição no local junto à igreja, aquando da derrocada da torre, em 1559 (*Corografia Portuguesa, e Descrição...*, vol. I, pp. 24-25).

¹⁷ A disposição de rua inserida numa praça, no enfiamento de um edifício público qualificado, constitui uma das morfologias da cidade desenhada no período medieval e no moderno. O exemplo de Viana do Castelo — a Rua do Poço, na sua relação com o Largo da Matriz — oferece o enquadramento à situação observada em Guimarães.

¹⁸ Semelhante forma de traçar a sinuosidade, em função da pendente do terreno, pode ser observada, por exemplo, em Vila do Conde, na Rua da Igreja. Em Guimarães, o intuito de defesa parece evidente no modo como a estrada de Braga se encaminha pela Rua de Santa Luzia, em direção à vila, e termina num último segmento curvo que retira qualquer visibilidade na aproximação à torre e porta de Nossa Senhora da Graça.

¹⁹ Mário Gonçalves FERNANDES — “As plantas ‘de Guimarães’ e ‘de Vila do Conde’”, da Biblioteca Nacional do Brasil”. *Passado & Presente para o Futuro...*, p. 3. https://www.ufmg.br/rededemuseum/crch/fernandes_as-plantas-de-guimaraes-e-de-vila-do-conde.pdf.

²⁰ Amélia Polónia data a planta de Vila do Conde de entre as décadas de cinquenta e de setenta do século XVI, com incidência particular na de sessenta (Amélia POLÓNIA — *Vila do Conde, um Porto Norteno na Expansão...*, vol. I, p. 723). Rafael Moreira situa-a entre 1568-1570 (Rafael MOREIRA — *Os Grandes Sistemas Fortificados...*, p. 152).

²¹ Mário Gonçalves FERNANDES — “As plantas ‘de Guimarães’ e ‘de Vila do Conde’”, da Biblioteca Nacional do Brasil”. *Passado & Presente para o Futuro...*, p. 4: (...) *as plantas são, em tudo, exactamente iguais, variando apenas no conteúdo, naturalmente* (...).

²² António CALDAS — *Guimarães. Apontamentos para a sua História*, p. 326 e Maria da Conceição Falcão FERREIRA — *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Sociedade Martins Sarmento, 1989, p. 53. Ambas as referências *apud* Mário Gonçalves FERNANDES — “As plantas ‘de Guimarães’ e ‘de Vila do Conde’”, da Biblioteca Nacional do Brasil”. *Passado & Presente para o Futuro...*, p. 4.

²³ Frei Fernando da SOLEDADE — *Historia Serafica Chronologica...*, tomo IV, pp. 699-700.

²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 701-703.

²⁵ A menção na planta às (...) *hortas de Francisco Carneiro* (...) que Amélia Polónia encontra citadas na mesma época, tendo esse indivíduo sido juiz de fora em Sintra em 1571, e a representação da Fonte das Donas, que afirma estar por concluir em 1547 (Amélia POLÓNIA — *Vila do Conde, um Porto Norteno na Expansão...*, p. 723, nota 47). Esses elementos, contudo, não terão força probatória suficiente.

²⁶ Rafael MOREIRA — *Os Grandes Sistemas Fortificados...*, p. 153.

²⁷ Marisa COSTA — “A construção da Igreja Matriz de Vila do Conde”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, nova série, jun. 1994, n.º13, pp. 12-13, separata.

²⁸ *Idem, ibidem*, jun. 1994, n.º13, p. 12, separata.

²⁹ Ver, a este propósito: Luís MATOS — *A Corte Literária dos Duques de Bragança...*, pp. 18-19.

³⁰ Amélia POLÓNIA — *Ob. cit.*, p. 60.

³¹ Refira-se ainda que, na representação da Vila Alta, a sua muralha, ou uma barbacã posterior, que com ela se une, contorna a fortaleza a norte; não o faz, porém, na totalidade, deixando uma grande abertura frente à Porta de Garrida (cf. José Ferrão AFONSO; Bernardo José FERRÃO — *Guimarães Património Cultural...*, vol. I, pp. 55-56). É também possível que a destruição da muralha, ordenada por D. João I, fosse apenas de carácter simbólico e, nesse caso, o pano de muro visível na planta pertença ainda, pelo menos parcialmente, à muralha original.

³² Em 1517, encontra-se em Azurara, a prover a obra de certa igreja a mando do duque. Nesse contexto, Gomez Paez escreve a D. Manuel I, comunicando que estivera com frei João Chaves e que este teria manifestado a intenção de (...) *ir a Castella ver hu mestre Adriano, que foi mestre do principe ou rei de Castella, que he alemão* (...). *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos...*, vol. I, p. 209.

³³ A. Moreira de SÁ — *A Universidade de Guimarães no século XVI (1537-1550)*, pp. 15-16.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 17.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 48.

³⁶ Ver: Mário BARROCA — *As Fortificações do Litoral Português*, pp. 25-27. Segundo Barroca, a reforma empreendida por D. Miguel, que estaria concluída por 1529, terá incidido sobretudo na construção de uma nova capela-mor e na encomenda de mobiliário. Com efeito, mestre André Siciliano, (...) *mestre das obras de marcenaria que o Senhor Bispo manda fazer no dito mosteiro* (...), ou (...) *mestre dos coros* (...), deverá ter construído um novo coro para a igreja, mas apenas em 1536. José Ferrão AFONSO — “A herança do ‘muratore’ e o caminho de Coimbra: ‘consuetudo’, ‘sprezzatura’ e a arquitectura religiosa do Noroeste português na segunda metade do século XVI”. *Congresso Histórico de Amarante...*, II vol., tomo I, p. 237, nota 180. Em 1537-1539, mestre André será responsável por outro coro, o da Sé do Porto e, em 1545, por uma cúpula com lanternim, em madeira, lançada sobre o cruzeiro da mesma igreja.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 237, nota 180.

³⁸ Iniciado, c. 1420-1422, por D. Afonso (1380-1461), conde de Barcelos e, a partir de 1442, primeiro duque de Bragança. D. Fernando II casou com D. Isabel, sobrinha de D. Constança de Noronha, segunda mulher do primeiro duque D. Afonso, o que o terá aproximado da vila; receberá nesta uma série de privilégios, destacando-se entre eles o padroado de Nossa Senhora da Oliveira e de todas as suas igrejas e conventos. É possível, por isso, que tivesse prosseguido com as obras no paço, interrompidas após a morte de D. Afonso; projetou também, pouco antes da sua morte em 1483, algumas intervenções urbanas na Vila Baixa.

³⁹ Padre Torquato Peixoto de AZEVEDO — *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, p. 155.

⁴⁰ Seria de salientar, também, o Convento de Santa Clara. O enquadramento dado à planta de Guimarães e o desenho desta edificação relacionam-se entre si.

A representação do convento toma uma posição oblíqua perfeitamente definida a 45 graus.

- ⁴¹ Na praça do Tournal pode ler-se: (...) *Esta este chaõ mais baxo q o tabol^o dos paços . 140 . p. / E mais alto q ho de s. Lazaro . 140 . p. (...)*. E junto ao alçado do Paço dos Duques: (...) *Esta esta caza / mais alta q / o tournal 140 p. (...)*.
- ⁴² Albano BELLINO — *Archeologia Christã*, p. 53.
- ⁴³ A diferença consiste na posição atribuída aos suportes do que poderão ser galerias das quadras de cada uma das edificações, da qual se deduz uma distinta relação entre pavimento de galerias e espaço exterior.
- ⁴⁴ Maria da Conceição Falcão FERREIRA — *Guimarães: Duas Vilas, um só Povo...*, p. 319.
- ⁴⁵ A igreja do Convento de São Domingos, tal como numerosos arruamentos urbanos, que eram ladeados por pórticos, concorria para o ornamento e serviço da cidade com os seus alpendres da frontaria e da fachada lateral para a rua.
- ⁴⁶ Maria da Conceição Falcão FERREIRA — Ob. cit.
- ⁴⁷ A. L. de CARVALHO — *Os Mesteres de Guimarães...*, vol. VI, pp. 49-50.
- ⁴⁸ D. João I é representado com o loudel ornamentado com ramos de oliveira que oferecera à Senhora da Oliveira. Segundo o padre António Carvalho da Costa, ainda em Seiscentos era tradição aqueles que partiam — fossem militares para as guerras da Restauração ou embarcados para as partes do mundo —, levarem um ramo da oliveira da praça da Colegiada, com o qual esperavam alcançar a proteção de Nossa Senhora (António Carvalho da COSTA — Ob. cit., pp. 49-50).
- ⁴⁹ O terreiro do pelourinho, sobre um muro de contenção, veio resolver o problema da diferença de cotas muito acentuada entre a muralha e a depressão dos Couros. A entrada na Igreja de São Francisco, do lado poente, fazia-se por uma larga alpendrada com quatro naves e quatro tramos. Com porta para o adro, localizaram-se as importantes escolas públicas do convento, que funcionaram durante mais de duzentos anos. Este espaço comunicava com a Porta da Senhora da Guia por uma rua, a Detrás do Muro, em que seriam construídos, no primeiro quartel do século XVII, a igreja e o hospital de São Dâmaso.
- ⁵⁰ (...) *Todo este sitio de santidade é cercado de paredes, e pelas partes do norte, nscente, e poente é a parede entrelacada de capellinhas em que se manifestam os Passos da Paixão de Chirsto, do Horto até ao Calvario, as quaes tem as portas para dentro da cêrca, e para fóra janellas com grnades de ferro, para que o povo possa fazer a sua oração (...)*. Padre Torquato Peixoto de AZEVEDO — *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, pp. 354-355 e 505.
- ⁵¹ António carvalho da COSTA — Ob. cit., p. 54.
- ⁵² Na planta de Quinhentos este largo já se encontra representado. Situava-se na margem esquerda da Rua da Infesta, já nas proximidades da Vila do Castelo, frente ao local onde se fundaria, nos finais do século XVII, o Convento do Carmo. No mesmo local onde se ergueria, mais tarde, uma capela com a invocação do Senhora da Boa Hora, uma praça quadrangular tem, nos extremos nascente e poente, dois acessos, o primeiro dos quais é parcialmente ocupado por uma construção de planta retangular. Não é feita, na abundante bibliografia vimaranense, nenhuma referência a esse espaço.

B I B L I O G R A F I A

- AFONSO, José Ferrão — “A Herança do ‘Muratore’ e o caminho de Coimbra: ‘consuetudo’, ‘sprezzatura’ e a arquitectura religiosa do Noroeste português na segunda metade do século XVI”. *Congresso Histórico de Amarante, Actas. Património, Arte e Arqueologia*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2009, vol. II, tomo I, pp. 173-238.
- AFONSO, José Ferrão; FERRÃO, Bernardo José — *Guimarães Património Cultural da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Gabinete Técnico Local, 2002, vol. 1.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: Desde as Origens a 1220*. Porto: Ed. do autor, 1978.
- AZEVEDO, padre Torquato Peixoto de — *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães* (1692). Fac-simile da edição de 1845. Guimarães: Paulo Tiago Monteiro Dias de Castro, 2000.

- BARROCA, Mário — *As Fortificações do Litoral Portuense*. Porto: Inapa, 2001.
- BELLINO, Albano — *Archeologia Christã*. Lisboa: Empresa da História de Portugal Sociedade Editora, s/d.
- CARVALHO, A. L. de — *Os Mesteres de Guimarães. Mercadores e Mesteirais*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura do Ministério da Educação Nacional, 1946, vol. VI.
- COSTA, padre Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959.
- COSTA, padre Avelino de Jesus da — “Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI”. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães, 1979. Actas*. Guimarães: [s.n.], 1980-1982, 1981, vol. III, pp. 135-196.
- COSTA, padre António Carvalho da — *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*. 2.ª ed. Braga: s. n., 1968-1969, 3 vols.
- COSTA, Marisa — “A construção da Igreja Matriz de Vila do Conde”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, jun. 1994, nova série, n.º 13, separata.
- DICIONÁRIO Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a Serviço de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922, 3 vols.
- FERNANDES, A. de Almeida — “A burguesia vimaranense nos séculos XII e XIII”. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães, 1979, Actas*. Guimarães: s. n., 1981, vol. III, pp. 9-24.
- FERNANDES, Mário Gonçalves — “As plantas ‘de Guimarães’ e ‘de Vila do Conde’, da Biblioteca Nacional do Brasil”. *Passado & Presente para o Futuro. III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. 10 a 13 de Dezembro de 2009*. Ouro Preto: M G - Brasil. https://www.ufmg.br/redeemuseus/crhc/fernandes_as-plantas-de-guimaraes-e-de-vila-do-conde.pdf.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão — *Guimarães: Duas Vilas, um só Povo. Estudo de História Urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM/Universidade do Minho, 2010.
- MATOS, Luís — *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1956, pp. 18-19.
- MATTOSO, José — “As famílias nobres na região de Guimarães no século XIII”. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães, 1979, Actas*. Guimarães: s. n., 1981, vol. III, pp. 319-327.
- MORAES, Maria Adelaide Pereira de — *Velhas Casas de Guimarães*. Porto: UMP, 2001, 2 vols.
- MOREIRA, Rafael — “Os grandes sistemas fortificados”. *Catálogo da Exposição. A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portuguezes, 1994, pp. 49-160.
- OLIVEIRA, Aurélio de — “Rendas e arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)”. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães, 1979, Actas*. Guimarães: s. n., 1981, vol. II, pp. 99-121.
- OLIVEIRA, Aurélio de — “Contribuição para o estudo dos elementos arquitectónicos seiscentistas da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira”. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães, 1979, Actas*. Guimarães: s. n., 1981, vol. IV, pp. 261-298.
- POLÓNIA, Amélia — *Vila do Conde, um Porto Norteno na Expansão Quinhentista*. Porto: s. n., 1999, vol. I, dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, texto policopiado.
- ROSA, Maria de Lurdes — “O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminho da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média”. 2.º *Congresso Histórico de Guimarães. Actas. Vol. 3: D. Afonso Henriques na História e na Arte*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, 1996, pp. 95-123.
- SÁ, A. Moreira de — *A Universidade de Guimarães no Século XVI (1537-1550)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982.
- SERRÃO, Vítor — “Frei Manuel dos Reis e as pinturas de ex-votos políticos do antigo retábulo da Colegiada de Guimarães (1665)”. 2.º *Congresso Histórico de Guimarães. Actas. Vol. 3: D. Afonso Henriques na História e na Arte*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, 1996, pp. 147-158.
- SOLEDADE, frei Fernando da — *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Manoel & Joseph Lopes Ferreyra, 1709, tomo IV.